

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: GOVERNO.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Assessor de Temer tenta explorar minério raro em terra indígenaÁlcool livre	5
Título: Eletrobras estuda como pagar dívida de R\$ 124 milhões à Venezuela	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	Erro! Indicador não definido.
Título: Boca fechada.....	Erro! Indicador não definido.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Lauro Jardim****Título: GOVERNO**

COMEÇA A TRANSIÇÃO

A equipe econômica — ministro Eduardo Guardia à frente — já começou a trabalhar na transição, recebendo os assessores econômicos dos presidentiáveis para abrir as contas do governo. Na semana passada, Guardia se encontrou com Pésio Arida e Edmar Bacha, comandantes em chefe da esquadra econômica de Geraldo Alckmin. No dia 14, Mansueto de Almeida, secretário do Tesouro, conversou com Paulo Guedes, o guru de Jair Bolsonaro. Nos próximos dias, será a vez de Mauro Benevides, principal assessor econômico de Ciro Gomes, ser recebido por Guardia.

ELEIÇÕES 2018

Pra inglês ver

Ainda não está sepultada a ideia de o PR se coligar com Jair Bolsonaro, para dar mais tempo de TV ao capitão. Mas como conciliar o discurso anticorrupção de Bolsonaro com o notório Valdemar Costa Neto, o "dono" do partido e preso no mensalão? A um interlocutor, Valdemar já disse que, se a coligação for mesmo sair, pode se desfiliar do PR para facilitar o acordo.

O capeta

O terror do mercado financeiro neste momento atende pelo nome de Ciro Gomes.

Sem rumo

O núcleo duro de Michel Temer continua achando que Henrique Meirelles está perdido na pré-campanha.

Interesse público

De um especialista em negociações de alianças e coligações eleitorais sobre as reais intenções do Centrão quando conversa com Ciro Gomes ou Geraldo Alckmin: "Tudo gira em torno de ideais. De cargos ideais".

FUTEBOL

Deixa que eu resolvo

Pouco antes de ser preso em abril pela Operação Rizoma, o lobista Milton Lyra teve um encontro na sede da CBF com Neymar Santos. Lyra disse ao pai e empresário do craque maior da seleção que teria condições de ajudá-lo nos rolos do jogador com a Receita Federal. Depois que Lyra foi solto por Gilmar Mendes, contudo, a conversa não teve prosseguimento.

BRASIL

Volta ao lar

Depois de dois anos separado, José Serra voltou a morar na mesma casa em que Mônica, sua mulher.

LAVA-JATO

Material farto

A força-tarefa da Lava-Jato no Rio de Janeiro entrou numa segunda fase da Operação Câmbio, Desligo, aquela que investiga 61 doleiros — 33 foram presos em maio, embora parte deles já tenha sido solta pelo libertador Gilmar Mendes. Os procuradores já encontraram as contas de alguns dos clientes dos doleiros. O material é farto e a nitroglicerina é pura.

Primeira marcha ...

Está avançando a negociação de delação do empresário de ônibus José Carlos Lavouras, hoje refugiado em Portugal.

...e em ponto morto

Já as do rei do ônibus do Rio, Jacob Barata Filho, e a de Lelis Teixeira, ex-presidente da Fetranspor, estão em ponto morto.

De defesa nova

Fernando Cavendish acaba de contratar para a sua defesa Antonio Fernando de Souza, ex-PGR e ex-chefe de Raquel Dodge.

GOVERNO

Sempre grudado

Quando virou ministro de Minas e Energia, em abril, Moreira Franco deixou seu gabinete no Palácio do Planalto. A distância, no entanto, dói: Moreira vai diariamente visitar Michel Temer no palácio.

Sem noção

No auge da greve dos caminhoneiros, há um mês, o governo fez um pedido esdrúxulo ao Cade. Queria ajuda para controlar os preços dos combustíveis. Uma ideia estapafúrdia. A missão do Cade é zelar pela livre concorrência no mercado.

ECONOMIA

Chocolate amargo

Não será agora, como estava acordado, o ato final da enrolada compra da Garoto pela Nestlé, uma operação que já completou 16 anos sem a aprovação final do Cade. Em outubro, a Nestlé pediu ao Cade um novo prazo para vender as 15 marcas de que está sendo obrigada a se desfazer para concluir a aquisição da Garoto. O prazo acabaria na sexta-feira, 29, mas nada foi vendido. Ao que tudo indica, Nestlé e Cade voltarão à mesa de negociação.

De volta

João Castro Neves está de volta ao ninho. O ex-presidente da Ambev deixou a presidência da Inbev nos EUA em novembro. Queria ser o presidente mundial da maior cervejaria do mundo. Mas como o atual, Carlos Brito, ainda tinha muito chão pela frente, pediu o boné. Agora, Castro Neves virou sócio da 3G, a empresa de investimentos do trio Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira, dona, entre outros, do Burger King e da Kraft-Heinz. São duas as apostas para o seu futuro próximo: assumir o comando da Kraft-Heinz ou de uma nova e retumbante aquisição da 3G que vem por aí.

R\$ 4 bilhões

Uma das primeiras missões importantes de Pedro Parente à frente da BRF será decidir se a empresa fará um aumento de capital de R\$ 4 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Poder**Autor:** Fabiano Maisonnave**Título:** Assessor de Temer tenta explorar minério raro em terra indígena
Alcool livre

Empresa ligada a ex-deputado do PSDB busca aval de índios para atuar em áreas isoladas do Amazonas

TERRA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO (AM) - Uma empresa vinculada a Elton Rohnelt (PSDB), assessor do presidente Michel Temer (MDB), vem tentando convencer comunidades indígenas a praticar mineração na remota fronteira do Brasil com a Colômbia. As investidas incluem doações de barco e outros equipamentos, pagamento por amostra de minério e promessas de cesta básica.

A Constituição prevê mineração em terras indígenas, mas só após regulamentação específica pelo Congresso, ainda inexistente, e consulta a etnias afetadas. Rohnelt, no entanto, alega que há uma brecha. Junto com o seu sócio majoritário, o empresário paulista Otávio Lacombe, eles afirmam que o Estatuto do índio, de 1973, permite que os indígenas façam garimpagem rudimentar (faiscação e cata).

Em reuniões que ocorrem desde 2016 em algumas comunidades da etnia baniua, Lacombe explica esse caminho jurídico, além de incentivar e assessorar a criação de cooperativas indígenas —ele traz até o estatuto já pronto. O objetivo inicial é a extração de tantalita. A produção seria vendida à Gold Amazon, fundada nos anos 1980 por Rohnelt, ex-dono de garimpo e ex-deputado federal por Roraima. Recentemente, ele vendeu 90% da mineradora para Lacombe e colocou 10% em nome de sua filha Carolina.

Relativamente rara, a tantalita é usada na indústria eletrônica e tem demanda crescente por causa dos smartphones. O mineral tem sido alvo de contrabando —neste ano, a PF abriu dois inquéritos no Amazonas e auxiliou a PM do Amapá a apreender 1,3 tonelada do mineral.

O foco dos empresários é a bacia do rio Içana, na Terra Indígena Alto Rio Negro, habitada pela etnia baniua. A principal comunidade, Tunuí Cachoeira, está a 250 km por rio de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Uma das comunidades mais assediadas é a Nazaré, que se dividiu entre aceitar ou não a proposta dos empresários. Ali, Lacombe já entregou uma lancha, dois motores e um computador, além do patrocínio de um torneio de futebol.

Com o título de "melhorias já feitas", as doações foram enumeradas sobre uma lousa pelo próprio Lacombe, registrada em foto feita por um baniua contrário ao projeto e obtida pela reportagem. A soma chega a R\$ 27.250.

O empresário também listou R\$ 7.000 ao lado da palavra "titânio". O pagamento, entregue a uma liderança da comunidade, ocorreu em troca de amostras desse mineral, embora empresas privadas sejam proibidas de fazer pesquisa minerária dentro de terras indígenas.

Nessa comunidade, já há centenas de quilos de tantalita armazenados — a mineração é pouco profunda e não utiliza mercúrio. Ao menos outras quatro comunidades baniuas do Içana teriam aderido à proposta. Ao todo, a etnia de 4.400 pessoas tem 93 comunidades.

Em entrevista por telefone, Lacombe admitiu a tantalita armazenada, as doações e o pagamento pela amostra de titânio, que, segundo ele, foi de até 200 gramas. O objetivo, diz, é ajudar os índios, que "são abandonados, largados" pela Funai (Fundação Nacional do índio).

"Índio não paga imposto, vive do Bolsa Família. Isso me comove muito. Eu sou brasileiro, eu quero ajudá-los dentro do que é possível e do que a lei vai me permitir."

A Gold Amazon sofre rechaço de outras comunidades, como a Canadá, no rio Aiari, onde Lacombe esteve em outubro após apresentar uma carta-convite com assinatura falsificada da principal liderança local.

Na tentativa de convencer a comunidade, ele prometeu cestas básicas como parte do pagamento e disse contar com o respaldo da Funai e do general Omar Zendim, comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, que estaria "apoando esse projeto".

Procuradas, a fundação e o Exército negam qualquer relação com o empresário. "A entrada tem sido por meio de aliciamento e cooptação", diz o coordenador regional da Funai, Domingos Barreto, da etnia tucano.

Em documento dois meses depois da visita, a Associação das Comunidades Indígenas do Rio Aiari, onde se localiza a comunidade Canadá, acusou Lacombe de cooptação.

A estratégia de procurar diretamente as comunidades é criticada pela Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), a principal entidade da região, que denunciou o caso ao Ministério Público Federal.

O diretor Isaias Fontes, da etnia baniua, diz que Lacombe repete a atuação do pai, Octavio Lacombe, que explorava ouro na mesma região no anos 1980. "A riqueza foi saqueada pelos empresários, e as comunidades ficaram na mesma situação. Após décadas, volta essa ladainha", diz.

Além da Gold Amazon, Lacombe comprou o controle acionário de outras duas mineradoras fundadas por Rohnelt. Somadas, têm 95 requerimentos de pesquisa na região expedidos antes da Constituição de 1988, e da homologação da Terra Indígena Alto Rio Negro, dez anos mais tarde.

Um delas, a Edgar Rohnelt (homenagem ao pai de Elton), tem requerimentos de pesquisa ao longo do rio Içana. A terceira mineradora é a Sergam.

A confirmação desses requerimentos, porém, depende de regulamentação. No projeto de lei mais conhecido, o 1.610/96, de autoria do senador Romero Jucá (MDB-RR) —e relatado por Rohnelt quando era deputado—, todos esses processos serão considerados prioritários.

Em reunião na comunidade Nazaré em 2016, Lacombe deu como certo esse cenário, segundo transcrição obtida pela Folha: "O direito prioritário do meu requerimento eu não vou perder".

Há cerca de um ano, Lacombe e Rohnelt se reuniram com o procurador da República Fernando Soave em Manaus para falar do projeto, acompanhados de três baniuas.

No encontro, realizado a pedido dos empresários, Rohnelt se apresentou como assessor de Temer, mas afirmou que estava ali "sob interesse particular".

Participou também o advogado Gabriel Lacombe, primo de Otávio e membro do escritório de advocacia do ex-ministro do STF Sepúlveda Pertence.

Procurado pela reportagem, Soave afirmou que, no momento, nenhum tipo de exploração mineral em terras indígenas tem base legal no Brasil, incluindo o modelo de apresentado pela Gold Amazon.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Eletrobras estuda como pagar dívida de R\$ 124 milhões à Venezuela

São Paulo - A Eletrobras acumula uma dívida de US\$ 33 milhões (R\$ 124,27 milhões) com a Venezuela em razão da energia comprada para abastecer o

estado de Roraima, o único que não é interligado ao sistema elétrico brasileiro e que depende em grande parte das importações vindas do país vizinho.

O motivo do não pagamento seria operacional, segundo a estatal, que afirma que "os bancos nacionais têm tido dificuldade para processar a operação" à estatal venezuelana de energia.

O entrave estaria relacionado ao embargo dos Estados Unidos à Venezuela, que impede operações de bancos com o país, restrição que afeta as instituições brasileiras indiretamente, pelo caráter globalizado do sistema financeiro e pelo fato de os repasses serem pagos em dólar, segundo pessoas que acompanham as negociações sobre o tema.

A Eletrobras afirmou, em nota, que não tem como avaliar o motivo exato do problema operacional, mas que a questão "já está em vias de ser contornada". Desde 2001, o Brasil tem uma parceria com a Venezuela para o fornecimento de luz em Roraima, estado em que a energia importada representa entre 65% e 90% do total, a depender do consumo mensal. O acordo tem prazo de 20 anos e, portanto, venceria em 2021.

A Eletronorte, subsidiária da Eletrobras responsável pela transmissão de energia entre os países, afirma que não há risco de desabastecimento à população de Roraima, porque seria possível recorrer a outras fontes —no caso, o uso de usinas termelétricas, de maior custo.

A retomada dos pagamentos está em negociação.

Além da estatal, o Ministério das Relações Exteriores afirmou que participa das conversas, "em nível técnico, facilitadas pela Embaixada do Brasil em Caracas", para estudar formas de fazer os repasses.

Segundo pessoas que acompanham a negociação, uma das possibilidades avaliadas é usar a dívida soberana que a Venezuela tem com o Brasil para abater o valor devido, ou seja, descontar os US\$ 33 milhões que a Eletrobras deve dos US\$ 324 milhões (R\$1,2 bilhão) que a Venezuela tem de pagar ao governo brasileiro.

Nesse caso, a Eletronorte repassaria o valor à União.

MME / ASCOM .